

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de 300 (trezentos) rodízios para cadeiras giratórias da marca TECNO2000 visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

1.2. Natureza do Objeto: aquisição de bens de consumo.

1.3. Código SIASG: 604848

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. A presente contratação tem como razão a necessidade de prolongar a vida útil das cadeiras giratórias adquiridas pelo Tribunal, além de proporcionar melhor estrutura para os servidores, reduzindo os impactos financeiros e o volume de materiais descartados. As cadeiras são bens que estão em perfeitas condições de uso e seu reaproveitamento é mais vantajoso para administração em relação a aquisição de novas cadeiras. A colocação dos rodízios nas cadeiras será efetuada pelo marceneiro (terceirizado), evitando gasto com mão de obra.

2.2. Sustentabilidade: A sustentabilidade da presente aquisição está relacionada ao prolongamento da vida útil dos bens evitando a geração de descarte na natureza.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1. Das especificações do produto:

3.1.1. Rodizio duplo de nylon R50 – cor preta, injetado em nylon com banda de rodagem macia em poliuretano, eixo vertical e eixo horizontal em aço para cadeira giratória.

3.2. Das obrigações da contratada:

3.2.1. Os produtos deverão ser novos e de acordo com as condições do Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.

3.2.2. Em todos os casos de entrega e/ou retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.

3.2.3. A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante a realização da entrega do material.

3.2.4. A Contratada obriga-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações

assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Participação de Pessoa Física: será admitida a participação de pessoa física, conforme IN SEGES Nº 116/2021.

4.2. Participação de Consórcio: não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega: o prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do aceite.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (05) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Do local de entrega: as entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no horário das 13h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Logística de Material de Consumo por meio do telefone (41) 3330-8846

5.3. Garantia, manutenção e assistência técnica: o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 06 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3.3. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.3.4. O não cumprimento da garantia legal poderá ensejar eventual aplicação de penalidades.

6. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Do recebimento provisório: os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, pela Seção de Logística de Material de Consumo, servidor Leandro Rodrigues, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.2. Do recebimento definitivo: Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório ou técnico, caso haja, pela Assistência da Coordenadoria de Gestão Patrimonial, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.3. Dos materiais rejeitados: Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Os itens em desacordo deverão ser retirados na mesma data da realização da substituição.

6.3.1. A não retirada dos bens rejeitados no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133.

6.3.2. O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.

6.4. Forma de pagamento: o pagamento será processado em parcela única após o recebimento definitivo.

6.4.1. A contratada deverá apresentar a nota fiscal na entrega do produto.

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS

7.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.

7.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.

7.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Dúvidas poderão ser sanadas com a Assistência da Coordenadoria de Gestão Patrimonial, por meio do telefone (041) 3330 – 8886 ou pelo e-mail *dbianchi@tre-pr.jus.br*